

COMUNICADO (PORTUGUÊS)
ADOTADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DURANTE A SUA
DÉCIMA QUINTA SESSÃO

CONVERGÊNCIA DA JUVENTUDE AFRICANA E GOVERNAÇÃO (AYGC)
12-19 DE AGOSTO DE 2023



ASSEMBLEIA GERAL
REGISTOS OFICIAIS - DÉCIMA QUINTA SESSÃO
SUPLEMENTO N.º 2023/GA-C015

COMUNICADO

Nós, jovens delegados de 27 países Africanos e da Diáspora na 15th Convergência da Juventude Africana e Governança realizada no Manna Heights Hotel, Mankesim - Gana, de 12 a 19 de Agosto de 2023, sob o tema principal "Avançado a Governança, Paz e Segurança Inclusiva para os Jovens em África: O Fator de Inovação Digital" e o subtema "Conectando a Juventude para Construir uma Única Identidade Africana", organizado sob os auspícios conjuntos da Youth Bridge Foundation e da AU-ECOSOCC:

Observando com apreço o apoio do Omanhene e do povo de Mankesim para o sucesso da Cimeira do Regresso dos Jovens e da 15ª Convergência da Juventude Africana e Governança (AYGC);

Observando também com apreço o apoio de Sua Excelência o Presidente Olusegun Matthew Okikiola Ogunboye Aremu Obasanjo para o sucesso da Cimeira da Juventude e da 15.ª Convergência da Juventude Africana e Governança, além disso, observando também o seu apelo para a criação de plataformas para o envolvimento da juventude, principalmente nos processos de tomada de decisão;

Observando ainda com apreço o apoio do Centro Internacional de Treinamento em Manutenção da Paz Kofi Annan (KAIPTC) e do Serviço de Polícia de Gana, que se comprometeram a trabalhar em estreita colaboração com os jovens e a diáspora na promoção da boa governança, da democracia, da paz e da segurança em África;

Reconhecendo o apoio de 'Connecting To Africa - Canada' (CTA-Canadá) na mobilização da participação e envolvimento dos delegados da Diáspora Africana do Canadá;

Conscientes da importância da Arquitetura de Governança Africana e da Arquitetura Africana de Paz e Segurança na promoção da democracia, paz e segurança em África;

Recordando a definição da União Africana de Diáspora Africana como "Pessoas de origem Africana que vivem fora do continente, independentemente da sua cidadania e nacionalidade, e que estão dispostas a contribuir para o desenvolvimento do continente e para a construção da União Africana;

Reconhecendo o apoio e a contribuição inabaláveis e importantes do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC da UA) para a 15ª AYGC, e assegurando o reforço da relação de trabalho com a Youth Bridge Foundation e os jovens. Afirmando ainda o compromisso do ECOSOCC de continuar a envolver os jovens em África e na sua diáspora em questões relacionadas com o pan-africanismo;

Recordando a Década dos Afrodescendentes das Nações Unidas 2015 - 2024 (resolução 68/237) adotada em 23 de Dezembro de 2013;

Conscientes da necessidade de criar parcerias sustentáveis entre o continente Africano e a Diáspora Africana através de diálogo sustentável e colaboração eficaz com governos e povos de diferentes regiões do mundo onde se encontram as populações da diáspora;

Recordando a Declaração e o Programa de Ação de Durban e Reafirmando os princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, com vista a promover os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063;

Considerando que a África continua sendo o único continente com uma população jovem significativamente em crescimento, com 72% dos mais de 1,4 mil milhões de habitantes do continente com idade inferior a 35 anos;

Plenamente conscientes de que a atual dinâmica demográfica de África apresenta tanto ameaças como oportunidades para o desenvolvimento nacional e continental;

Reconhecendo que as competências, a criatividade e o potencial global dos jovens no domínio das tecnologias digitais são enormes e devem ser aproveitados;

Preocupados com os enormes défices democráticos e com a desconfiança do público em relação à realização de eleições transparentes, livres e justas, contra os princípios que regem as eleições democráticas em África, em particular a Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança;

Sublinhando o risco das recentes mudanças inconstitucionais de governo através de golpes militares e da manipulação das constituições, que invertem as conquistas de mais de três décadas da democracia Africana, perturbando as economias estatais e impondo dificuldades crônicas à juventude, frustrando as intervenções de organizações intergovernamentais como a UA, a CEDEAO, a SADC, a IGAD, a COMESA, a CEEAC e a UMA;

Convencidos de que os conflitos, as invasões militares e a imposição de sanções por parte da UA e, em particular, da CEDEAO durante a mudança inconstitucional de governos, com a consequente escassez de recursos, a interrupção dos serviços médicos, incluindo os serviços pré-natais, o aumento da subnutrição e o grave trauma psicológico são repugnantes para os ideais de qualquer sociedade humana;

Profundamente preocupados com o facto de a má utilização dos recursos estatais e a corrupção terem contribuído para a privação de oportunidades de subsistência, criando uma amargura generalizada, alargando a lacuna entre a burguesia e o proletariado, enfraquecendo as instituições democráticas, pervertendo o Estado de direito e comprometendo o sistema judicial, prejudicando a paz e a segurança;

Condenamos firmemente a contínua exclusão da juventude e outros grupos marginalizados nos processos de tomada de decisão de alto nível em África;

Também condenamos as interferências externas por parte de potências estrangeiras e entidades que se intrometem nos assuntos dos Estados-Membros, iniciando e alimentando conflitos, bem como a exploração dos recursos da África;

Preocupados com o facto de a cibercriminalidade ser um dos principais fatores de risco que podem prejudicar a economia Africana, principalmente numa altura em que o continente está a fazer a transição para o comércio eletrónico, vulnerável a crimes transfronteiriços organizados e o uso do espaço digital para incitar à violência;

Observando que os principais obstáculos ao desenvolvimento da e-governança, e-aprendizado, mídia eletrônica e comércio eletrónico estão ligados a questões de cibersegurança, em particular as lacunas que afetam a aplicação das normas jurídicas e a proteção dos cidadãos;

Lamentamos que, quase uma década após a adoção da Convenção da UA sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais pela Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Assembleia realizada em Malabo, um importante tratado destinado a abordar as dimensões internacionais das ameaças relacionadas com o ciberespaço, apenas catorze Estados Membros da União Africana tenham ratificado e depositado;

Colocando-nos à disposição e reafirmando nosso compromisso de complementar os esforços na implementação da Agenda 2063 da UA para transformar a África "em uma potência global do futuro";

Portanto, nós:

1. **Saúdamos** a oferta importante de apoio e contribuição de Sua Excelência Obasanjo e do Centro Internacional de Treinamento para Manutenção da Paz Kofi Annan para continuar a envolver a juventude Africana, construir mais líderes por meio de treinamentos relevantes e plataformas como a AYG, permitindo-lhes alcançar suas aspirações e se tornarem cidadãos responsáveis;
2. **Apelamos** à União Africana ECOSOC para que trabalhe em estreita colaboração com a Youth Bridge Foundation e as suas redes de jovens em África e na diáspora, a fim de continuar a proporcionar plataformas relevantes para o envolvimento e o diálogo da juventude e da diáspora sobre questões que afetam o futuro de África e da diáspora;
3. **Encorajamos** os Estados Membros da UA a criarem gabinetes para juventude em vários ministérios e agências estatais e a terem um "Fórum da Juventude"(como a AYCG) apoiado pelo governo para permitir um diálogo mais periódico, reconhecido e apoiado a nível continental entre a liderança Africana e a juventude das suas nações e da diáspora;

4. **Solicitamos** aos Estados-Membros da União Africana a implementar os princípios da Convenção da UA sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais (Malabo 2014) e a apoiar a regulamentação da internet para filtrar materiais prejudiciais e notícias falsas por meio de regulamentações e políticas, e a aplicar punições dissuasivas, como multas e sanções/proibições por violações, a fim de promover o uso responsável do espaço virtual.
5. **Apelamos** à União Africana e ao ECOSOCC da UA para que criem uma plataforma liderada pela juventude que promoverá as ideias do Pan-Africanismo entre os jovens da África e da Diáspora, e a apoiar as iniciativas emblemáticas da União Africana, incluindo a introdução de um Passaporte Africano Único. No espírito da integração Africana, apelamos à UA e aos seus Estados Membros para que incentivem a livre circulação de bens e pessoas centrada na juventude por meio da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)
6. **Apelamos também** as sociedades civis, os jovens e as organizações na Diáspora que se identificam com a visão Pan-Africana da União Africana para que aumentem e promovam mais parcerias em África e na diáspora, a fim de promover a compreensão intercultural, aproveitar o potencial da juventude da diáspora Africana e apoiar o desenvolvimento de África;
7. **Expressamos** a esperança de que as ameaças à boa governação, paz e segurança no continente sejam eliminadas por meio da criação de diálogo centrado na juventude e de uma interface entre decisores políticos e as partes interessadas, através da AGA da UA e da APSA;
8. **Recomendamos** o desenvolvimento de Programas de Formação de Professores de Paz e a integração da educação para a paz nos currículos educativos dos Estados Membros da UA; para envolver as escolas com programas educativos sobre o trabalho da UA e das instituições nacionais para a paz, incluindo concursos para estudantes e recursos adicionais que ensinem sobre as abordagens da UA para a construção da paz;
9. **Advertimos** o uso de ferramentas digitais e de abordagens favoráveis aos jovens para apoiar a educação da população Africana em matéria de boa governação, paz e segurança e também como meio de divulgação de informações credíveis e fiáveis sobre a evolução da situação no continente;
10. **Expressamos** a esperança de que os Estados-Membros considerem medidas de adaptação às alterações climáticas que ajudem as comunidades a tornarem-se mais resilientes e concebam formação para fontes alternativas de rendimento que tenham como prioridade ajudar a travar as crescentes tensões armadas entre pastores nómadas e agricultores sedentários em África;
11. **Solicitamos** a UA e suas Comunidades Económicas Regionais (CERs), a reverem o regime de sanções imposto aos seus Estados membros em caso de mudanças inconstitucionais de governos;
12. **Apelamos** aos parceiros internacionais que apoiem a YBF e os jovens na convocação de diálogos, como a AYGC, com o objetivo de influenciar as políticas a nível nacional, regional e continental;
13. **Apelamos também** a União Africana e a UA ECOSOCC a apoiar a YBF na elaboração e implementação de atividades que advoguem por uma Segunda Rodada da Década dos Afrodescendentes de 2015 a 2024, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em uma Resolução (68/237) adotada em 23 de dezembro de 2013;
14. **Aguardamos** com expectativa a implementação dessas estratégias acionáveis pela liderança da AYGC, da UA e de seus Estados-Membros, da UA ECOSOCC e de parceiros internacionais.

Partners

